ENTREVISTA

Novo comando na Agricultura

O secretário da Agricultura, Hermas Brandão, assume a pasta com a proposta de promover a agroindustrialização dos produtos gerados no campo e também de solucionar as crises sociais que ocorrem em consequência da falta de emprego para mão-de-obra rural durante os 12 meses do ano. Para isso vai recorrer ao argumento de que a agropecuária paranaense é um dos setores mais fortes do país e quer firmar parcerias com o governo federal e promover o crescimento do setor. Brandão criticou o programa Panela Cheia para compra de tratores como foi apresentado, alegando que muitos agricultores não terão condições de saldar suas dívidas junto ao banco.

Hermas Brandão, secretário de Agricultura e Abastecimento do Paraná.

MultiRural - Quais são as principais diretrizes de sua gestão à frente da Secretaria da Agricultura?

Hermas - São as mesmas do governador Jaime Lerner, amplamente discutidas durante a campanha eleitoral e apoiadas pela população. Entre as principais, certamente as Vilas Rurais vão ganhar destaque neste governo. Já estamos em contato permanente com o interior para localização dos terrenos. A escolha terá como critério a concentração de mais bóias-frias, que têm dificuldade para manter seus empregos durante o ano todo. Todos sabem que eles só encontram colocação no período de safra, principalmente de cana-de-açúcar e algodão, culturas que empregam muita mão-de-obra volante no Norte Pioneiro, do vale do Paranapanema e Toledo.

"Um dos desafios é a volta do homem para o campo"

MultiRural - E quais os problemas que o sr. acredita que vai enfrentar na Pasta?

Hermas - O desafio que temos no Paraná hoje é justamente a volta do homem que está marginalizado na cidade para o campo. Precisamos reverter o quadro criado com os grandes bolsões de pobreza nas periferias das cidades. É a proposta de Jaime Lerner de levar 60 mil famílias para o meio rural, novamente. Eu acredito que com a vontade de que o governador tem e com a sua força, vamos resolver esta situação em curto espaço de tempo. As primeiras vilas rurais foram lançadas recentemente em Apucarana. E temos condições de atender todos os municípios que têm problemas sociais com a ociosidade da mão-de-obra rural.

MultiPRess - O sr. tem intenção de manter alguns programas iniciados em gestões anteriores?

Hermas - Sim. Até porque tem alguns que são financiados por instituições internacionais como é o Paraná Rural. Temos de dar continuidade e concluir o programa. Também o de calcário, incluído no financiamento, temos de manter. Agora, o Panela Cheia, que era do governo anterior, tem de sofrer uma série de modificações. O que não podemos é induzir o pequeno agricultor a adquirir um trator sem ter condições de pagar no futuro. Uma das nossas preocupações, transmitidas ao presidente do Banco do Estado, é que muitos proprietários rurais que compraram tratores financiados pelo Panela Cheia não vão ter condições de pagar. O Banco do Estado, inclusive, tem de fazer um reescalonamento dessa dívida, senão será o maior depositário de tratores usados da história.

MultiRural - O sr. assume a Secretaria com o desafio de promover o aumento da qualidade dos produtos e também da produtividade para enfrentar a competitividade com o Mercosul. O que o senhor pretende fazer nesse sentido?

Hermas - Bem, alguns produtos temos realmente de melhorar a produção. Cito como exemplo o trigo. Se nós ficarmos sem condições de concorrer neste setor e também no de cebola, batata e carnes, vai ficar muito difícil enfrentar o Mercosul. No caso da pecuária, precisamos pensar em terminar mais cedo o processo de engorda dos bois. Ao invés de um boi demorar 5 anos para atingir o ponto de abate, devemos reduzir esse prazo para 2,5 anos. O aumento da produtividade deve solucionar distorções antigas da pecuária. Enquanto às vezes damos para o boi um espaço de 10 mil metros quadrados, uma família não tem 100 metros para morar. Precisamos mudar isso.

MultiRural- Como será o relacionamento da secretaria com as empresas vinculadas? O sr. pretende promover privatizações?

Hermas - Temos de estudar isso. Não dá para citar agora caso a caso. Mas temos alguns setores que podem ser privatizados. Temos, por exemplo, o caso de uma empresa que está muito inchada, com muitos funcionários, que é a Codapar. Para se ter uma idéia, tem 10 motoristas para dois veículos. Então existe a necessidade de enxugamento, até para podermos pagar melhor o funcionalismo. Se não for diminuido o quadro de funcionários, não teremos como pagar melhor os seus salários.

MultiRural - E na área de agroindústrias. Como a secretaria pretende atuar?

Hermas - Nós vamos agora olhar o Paraná como um todo e orientar o agricultor para cultivar produtos conforme o potencial da região. Ele tem que ser reeducado, porque muitas vezes insiste num produto que não vai bem em determinada região. Temos de mostrar os caminhos para ele conseguir rentabilidade maior. E atrás disso, precisamos promover a agroindustrialização, para terminar o produto aqui mesmo e não levar o produto bruto para ser beneficiado em outras regiões do país.

"Com a redução no quadro de funcionários vamos pagar melhores salários"

MultiRural - A safra de verão, que começa a ser colhida em fevereiro, praticamente repete a do ano anterior. E a próxima, que será plantada em agosto de 95, dá para aumentar a produção no Paraná?

Hermas - Sim, temos condições de crescer entre 3% e 4% já para o próximo ano. Sem aumentar a área plantada, mas aplicando tecnologias modernas que aumentam a produção. Eu acho que a produção agrícola do Paraná não é só importante para o Estado. Pelo que ela representa, atualmente respondendo por 25% da produção nacional, é importante para o Brasil. É uma agricultura muito forte e tem que ser olhada dessa forma também pelo governo federal. Por isso considero importante a parceria com o governo federal para trazer recursos para essa área.

MultiRural - E a pecuária, tem condições de expansão?

Hermas - Sim, porque também a pecuária no Estado é forte. É responsável por 12% da produção de carnes bovinas. Por isso o setor será apoiado principalmente para confinamento, técnica que reduz o período de abate. Aí sim, teremos condições de concorrer dentro do Mercosul.

MERCOSUL

Nas fronteiras, quase nada mudou

Ministéro diz que vai apertar fiscalização, mas infra-estrutura é precária

Ana Maria Mejia
(Foz do Iguaçu-PR)
Especial para o MultiRural

A entrada em vigor dos acordos negociados pelos paises integrantes do Mercosul não alterou o procedimento nas barreiras sanitárias nas aduanas brasileiras na fronteira com o Paraguai e Argentina. Diariamente, os funcionários do Setor de Inspeção Federal e Animal do Ministério da Agricultura verificam dezenas de produtos que circulam entre os três países. A classificação também é feita nas aduanas.

De acordo com o engenheiro agrônomo do Setor de Inspeção Fitossanitária (SIF), Ricardo Ishida, que atua na Aduana da Ponte Tancredo Neves, são verificados em média 12 produtos brasileiros que vão para Argentina e 40 que são importados daquele país.

"As barreiras sanitárias continuam sendo feitas rigorosamente", diz Ricardo. Ele acredita que com a redução de imposto de importação a tendência dos países é apertar a fiscalização sobre a qualidade do produto.

A harmonia nos procedimentos é considerada praticamente impossível. No Paraguai, por exemplo, não existe controle sistemático sobre a qualidade da carne consumida no País. Brasil e Argentina apesar do rigor das leis ainda têm muitos abatedouros clandestinos.

As frutas rosáceas (maçã, pêssego, nectarina, ameixa, etc) são inspecionadas rigorosamente para evitar a entrada da *Cydia pomanella*, que provoca uma espécie de broca na parte interna da fruta, sem alterar o seu aspecto externo. Essa é uma praga já controlada no Brasil.

Nos países do Mercosul ainda não há um controle sanitário rígido sobre a carne bovina.

Outras doenças observadas são a *Frankliniella ocidentalis* ou *Anastrephos grandis*, a popular "mosca da fruta". Atualmente, a inspeção é feita apenas visualmente. Os técnicos reivindicam a instalação de um laboratório anexo para facilitar o trabalho.

Há três semanas foram encontradas larvas mortas e vivas numa carga de cebola. Foram recolhidas amostras e enviadas para o laboratório Curitiba. "Lá eles estão esperando que elas fiquem adultas para saber com certeza do que se trata", conta Ishida. ■

Condições precárias ameaçam fiscalização nas fronteiras

A falta de estrutura do departamento de Fiscalização, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e da Reforma Agrária (Maara), em Foz do Iguaçu, atrasará a liberação de caminhões que chegam da Argentina e do Paraguai, transportando produtos agrícolas e in natura. A previsão era tornar o atendimento ágil logo após a entrada em vigor do Mercosul.

A média de liberação de caminhões em épocas de muito movimento chega a 150 por dia, na Estação aduaneira de Fronteira (EAF), administrada pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codapar). De acordo com o chefe substituto do Maara, Nelson Alves Rodrigues, o desembaraço das cargas tem sido normal porque em janeiro o número de caminhões cai pela metade. Ele acredita que a partir de março os caminhoneiros poderão voltar a enfrentar filas.

Ao contrário do Ministério da Agricultura ,que já está informatizado, os agrônomos e veterinários que fazem inspeção sanitária trabalham com máquinas de escrever manual e são obrigados a procurar as fichas dos clientes nas pastas de arquivo.

Nelson explica que as fichas só são consultadas em caso de irregularidades", diz. Outra dificuldade é a elaboração de relatórios de atividade que deviam ser feitos mensalmente. Mesmo na Aduana Integrada localizada na fronteira com Argentina, construída recentemente, as instalações são precárias.

Segundo dados da Codapar, os produtos de origem animal representam o maior volume de mercadorias: carne de bovinos, eqüinos e pescados congelados vêm da Argentina, via Foz do iguaçu. Também entram frutas naturais e secas, cereais e pneus. Daqui para lá vão verduras, frangos, temperos e condimentos. Também seguem papéis, peróxido de hidrogênio e madeira beneficiada.

Do Brasil para o Paraguai seguem produtos manufaturados de origem vegetal e animal. De lá, vêm madeira, couro, algodão, soja, milho, trigo, óleo a granel, amendoim e aparas de papel.

Além do controle da qualidade dos produtos nas aduanas, o departamento também inspeciona os pintos de um dia (em média 350 mil), mais de 200 toneladas de frango resfriado ou congelado e mais de 50 mil dúzias de ovos férteis para incubadora.

Trabalho integrado das aduanas só nos próximos meses

A integração das aduanas prevista pelo Mercosul será adiada para os próximos meses. Por este acordo, equipes brasileiras e dos terceiros países trabalharão juntas na fiscalização. Para isso, haverá equipes nos dois países. O importador sediará a fiscalização.

A falta de legislação trabalhista para os funcionários que operam nos postos fronteiriços é uma das causas do atraso. Ela deve se adequar ao novo serviço. Também faltam locais onde os técnicos trabalharão. Casas ou prédios deverão ser construídos e equipados nos países vizinhos para que os fiscais brasileiros possam se instalar.

Os horários de funcionamento das aduanas na tríplice fronteira já estão definidos: na fronteira com o Paraguai onde há maior trânsito o atendimento é feito das 7 da manhã às 24 horas, sem intervalo. Na fronteira com a Argentina o horário é das 7 às 19 horas.

O coordenador de Facilitação Aduaneira para o Mercosul, Valdir Navarro, informa que este horário atende aos caminhoneiros e não sobrecarrega o pessoal. Os documentos que os caminhoneiros devem apresentar são certificado de origem, guia de importação ou registro de exportação, nota fiscal de venda do produto, números da placa do caminhão ou carreta e prever o horário de chegada da carga.

O certificado fitossanitário pode ser emitido pelo engenheiro agrônomo credenciado no Cosave. O Cosave é um acordo entre os quatro países do Mercosul mais o Chile. Se o transportador apresentar registrado no certificado de origem o tratamento recebido pelo produto (quando vegetal ou animal) é incluído no documento fitossanitário.

Sem novidades

A união aduaneira entre as fronteiras com Paraguai e Argentina não definiu novas regras para instalação de empresas de importação e exportação no Brasil. O interessado faz credenciamento na Receita Federal e no Decex como exportador. O estrangeiro que quiser montar escritório em Foz deve seguir as normas previstas na Constituição. As restrições são para investimentos com recursos exclusivamente estrangeiros.

ACERVO HISTÓRICO